

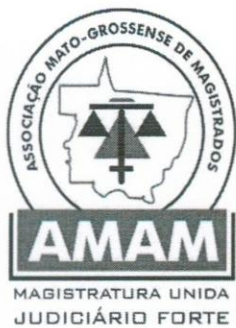
ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DE MAGISTRADOS

Declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 3.595 de 16 de dezembro de 1974 e
Declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 4.922 de 14 de dezembro de 2006.

ATA Nº 255/2015 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, realizada com primeira chamada às 9hs00min e segunda chamada às 9hs30min do dia 27 de junho de 2015, na sala de aula da AMAM - Associação Mato-grossense de Magistrados, conforme Edital de Convocação n. 002/2015, devidamente publicado via e-mail a todos os associados no dia 19 de junho de 2015 e publicado no site da AMAM, com fundamento nos artigos 15 e 16 do Estatuto Social. PRESENTES os associados, conforme lista de presença que vai assinada, fazendo parte integrante desta. Aberta a Assembleia Geral, conforme convocação anterior, pelo Presidente ARIMATEA foi dado boas vindas aos colegas presentes, bem como foi explanado acerca da necessidade de se priorizar os assuntos que interessam aos aposentados. Ato contínuo, passou a fazer breves considerações acerca dos tópicos a serem abordados nesta assembleia geral.

Após, passou-se a deliberar acerca dos tópicos constantes da pauta do Edital:

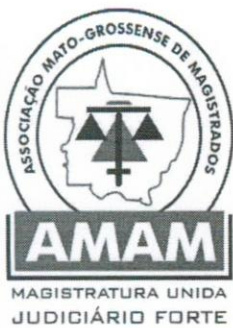
PRIMEIRO - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O MTPREV E AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA AMAM ACERCA DO ASSUNTO - Em seguida foi dada a palavra à Diretora do Departamento de Aposentados - MARGARETE SPADONI,



ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DE MAGISTRADOS

Declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 3.595 de 16 de dezembro de 1974 e
Declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 4.922 de 14 de dezembro de 2006.

que teceu considerações sobre a Lei Complementar que criou o MTPREV, seu aspectos prejudiciais à magistratura, suas inconstitucionalidades, bem como ponderou acerca dos estudos que estão sendo feitos pelo Advogado da AMAM, assessorado pelo colega ANTÔNIO HORÁCIO. Falou, ainda, da visita que foi feita por alguns Magistrados ao Presidente da AMB que ficou muito sensibilizado com a situação da Magistratura Mato-grossense com o MTPREV. Ato continuo a Diretora de Aposentados passou a palavra ao Dr. ANTÔNIO HORÁCIO que, primeiramente, passou a explicar acerca do corte do auxílio moradia dos aposentados, e a via que foi percorrida para reverter essa questão. Em seguida, o colega ANTÔNIO HORÁCIO, passou a explicar acerca do FUNPREV, trazendo a cópia do processo legislativo da lei que criou o FUNPREV. Ponderou que há 03 ADINs no Supremo em relação a essa matéria, e ainda que temos o apoio da AMB e ANAMAGES. Lembrou, ainda, que no PARANÁ, a magistratura foi retirada desse fundo, mas aqui em Mato Grosso isso não foi possível, uma vez que esse artigo que nos excluía não foi colocado na lei. Dando continuidade, o colega HORÁCIO ponderou que isso é um assunto que interessa à toda a Magistratura. Conclui dizendo que foi conseguida



ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DE MAGISTRADOS

Declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 3.595 de 16 de dezembro de 1974 e
Declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 4.922 de 14 de dezembro de 2006.

toda a documentação relativa ao processo legislativo que deu ensejo à criação da lei do FUNPREV, e que será impetrado um Mandado de Segurança. Pelo colega Anderson Junqueira, foi perguntado acerca da situação do Ministério Público dentro do FUNPREV, tendo sido informado pelo colega ANTÔNIO HORÁCIO que todo o Estado está inserido no FUNPREV. Pela colega FLÁVIA CATARINA foi dito que a nossa luta é para que a fonte 100 do Estado de Mato Grosso possa garantir a nossa aposentação, sendo que com essa lei isso não será possível, porque o Poder Executivo tem que resolver o problema do caixa deles. Dando continuidade, pelo Presidente Arimatéa, foi ponderando acerca das muitas perdas já existentes com a aposentadoria e as muitas perdas que ainda teremos com o FUNPREV. Com a palavra o colega JOSÉ MAURO BIANCHINI, este ponderou que há muito tempo já se temia a inclusão do Poder Judiciário no FUNPREV. Disse, ainda, que houve uma falta de esforço coletivo dos dirigentes do Poder Judiciário à época, que nada foi feito, tendo culminado com a situação hoje existente. Afirmou, finalmente, que temos que reconhecer que não lutamos para ficar de fora desse fundo, não houve uma luta da cúpula do Poder Judiciário para isso.